



V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

(Eixo Gênero, Família e Política Pública)

**O lugar das mulheres trabalhadoras na assistência social  
brasileira: a íntima relação entre a divisão sexual do trabalho e  
o trabalho do cuidado**

Adriana Mesquita<sup>1</sup>

Rita Freitas<sup>2</sup>

Cristiano Turbino<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a predominância das mulheres trabalhadoras no SUAS, na oferta dos serviços, benefícios, projetos e programas da PNAS. A partir de nossa pesquisa, verificamos que as mulheres são maioria das trabalhadoras desses equipamentos – uma realidade historicamente presente e naturalizada em nossa sociedade. Como parte do caminho metodológico, adotamos a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, engenharia de dados e a análise de dados. Consideramos que a inserção das mulheres como as principais executoras/gestoras da PNAS deve ser compreendida como uma estratégia do Estado, enraizada na naturalização das questões de gênero, raça e classe.

**Palavras-chave:** Assistência Social; SUAS; mulheres trabalhadoras; cuidado.

**Abstract:** This article aims to reflect on the predominance of women workers at SUAS, in the provision of PNAS services, benefits, projects and programs. From our research, we found that women make up the majority of workers in these equipment – a reality that is historically present and naturalized in our society. As part of the methodological path, we adopted bibliographic research, documentary research, data engineering and data analysis. We consider that the insertion of women as the main executors/managers of the PNAS must be understood as a State strategy, rooted in the naturalization of gender, race and class issues.

**Keywords:** Social Assistance; SUAS; working women; Care.

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: [adriana.mesquita@ufop.edu.br](mailto:adriana.mesquita@ufop.edu.br).

<sup>2</sup> Assistente Social, Professora Aposentada da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, email: [ritacsfreitas13@gmail.com](mailto:ritacsfreitas13@gmail.com).

<sup>3</sup> Professor. Docente do curso de graduação de Engenharia de Produção da UFOP. Graduado em Engenharia de Produção pela UFOP e mestre em Ciência da Computação pela UFOP. E-mail: [cristiano.silva@ufop.edu.br](mailto:cristiano.silva@ufop.edu.br).



## 1. INTRODUÇÃO

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) representou um marco fundamental na instituição da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). O Sistema inaugurou um novo marco regulatório reafirmando processos democráticos e a qualificação da proteção social brasileira no acesso ao direito à assistência social, a partir de 2005. Com isso, houve a expansão das ações da proteção social básica e especial (de média e de alta complexidade), seja em termos de infraestrutura, número de equipamentos, oferta de benefícios, serviços, programas e projetos; seja no que se refere a expansão de mercado de trabalho para diversas formações profissionais.

Além disso, o SUAS possibilitou um grande salto na implantação da rede de serviços socioassistenciais em todo o território nacional. Esta rede é composta por um conjunto integrado de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante articulação entre todas as unidades. Dentre as diretrizes que estruturam a gestão do SUAS, destacamos a matricialidade sociofamiliar. Ao analisar esta questão, diversos estudos (como Mariano e Carloto, 2009; Gasparotto e Krieger, 2017) focam suas análises na centralidade da família e das mulheres como principais usuárias da PNAS. Todavia, em nossa pesquisa verificamos que as mulheres também são maioria enquanto trabalhadoras desses mesmos equipamentos – uma realidade historicamente sempre presente e naturalizada em nossa sociedade, mas que acreditamos precisa ser problematizada. Podemos afirmar que, se de um lado, temos as famílias em vulnerabilidade – lugar das mulheres negras, de baixa renda, chefes de famílias – ocupando um lugar central e privilegiado nas ações da Política Nacional de Assistência Social; de outro lado; temos também as mulheres como as principais executoras/gestoras na PNAS – sinalizando um enlace onde mulheres cuidam de outras mulheres<sup>4</sup>.

Como afirmam Silvana Mariano e Cássia Carloto (2009), a análise da política e das ações estatais, especialmente àquelas voltadas para as famílias não podem prescindir da utilização do gênero<sup>5</sup> como categoria de análise que contribui para a compreensão dos papéis femininos nessas políticas: “a fixação de papéis sexuais, a exemplo do aprisionamento das mulheres às tarefas reprodutivas, contribui para o reforço da lógica binária de classificação e para a (re)produção da subordinação feminina (Mariano e Carloto, 2009, p. 907).

Dentre as diversas políticas da área social, compreendemos que a Assistência Social, ao buscar a garantia de direitos e condições dignas de vida no cotidiano dos sujeitos,

---

<sup>4</sup> Para uma leitura mais aprofundada ver Helena Hirata (2010 e 2016) que analisa a divisão sexual do trabalho e do care. Ver também Passos (2017) e Passos e Nogueira (2018) aprofundando a dimensão racial presente neste debate.

<sup>5</sup> Sobre as questões de gênero, ver Teresa Kleba Lisboa (2010) e Ana Lole (2018) para uma introdução ao tema.



tem o “cuidado” como um de seus fundamentos. Essa dimensão é destacada por Faleiros (2013, p. 84) ao afirmar que “cuidar, no contexto do Estado de direito e da democracia, significa assegurar a autonomia, reverter as discriminações, desenvolver a autoestima, incluir sujeitos em serviços e direito”, numa perspectiva humanizadora. Contudo, ao falar de cuidados, não podemos perder de vista que se trata de uma palavra com muitos significados (Oliveira e Ribeiro, 2022) e que precisa ser melhor definida. Segundo Ribeiro (2023, p. 37) é importante “compreender como a organização social e políticas de cuidados (OSPC) fortalece desigualdades na provisão, distribuição e usufruto do cuidado a partir dos marcadores sociais de raça, gênero e classe”. Dessa forma, enfatizamos que é necessário pensar o cuidado a partir de uma perspectiva interseccional, no sentido de agregar para a análise os diversos marcadores sociais.

É certo que quando falamos de profissões baseadas no “cuidado” nos referimos àquelas exercidas em sua grande maioria por mulheres (Hirata, 2010; Perrot, 1991; Freitas et al, 2023). Uma autora “clássica” nestes estudos, Helena Hirata (2010, p. 01), afirma que: “as responsabilidades tradicionais das mulheres pela educação das crianças estruturam mercados de trabalho que são desvantajosos para as mulheres, resultando em um poder desigual no mercado econômico, que, por sua vez, reforça e exacerba o poder desigual na família”. As mulheres foram historicamente educadas para cuidar dos outros (companheiros, filhos, pais, doentes). Mas o marcador de gênero não contempla todas as dimensões que podemos perceber nesta atividade. A questão racial é fundamental pois a imagem da mulher preta cuidando ganha destaque nessa representação. Da mesma forma, a dimensão de classe perpassa toda essa discussão e implica nos modos de provisão e distribuição do cuidado (Oliveira e Ribeiro, 2022).

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre a predominância das mulheres trabalhadoras no SUAS, enquanto espaço do cuidado na oferta dos serviços, benefícios, projetos e programas da Política Nacional da Assistência Social (BRASIL, 2005). Para alcance do objetivo proposto, adotamos o seguinte caminho metodológico: com a pesquisa bibliográfica, realizamos o levantamento bibliográfico e leituras encadeadas e relacionadas à nossa temática, que contribuiu com os processos de revisão, contextualização, problematização e aprofundamento teórico (Mito, 2007). A pesquisa documental se deu a partir do uso de fontes primárias de dados quantitativos do Censo SUAS, por meio dos formulários eletrônicos preenchidos pelas Secretarias e Conselhos de Assistência Social dos Estados e Municípios, de 2021. Foi utilizada a engenharia de dados, responsável pela extração, tratamento e carga dos dados no banco de dados próprio, em seguida foi realizada a análise desses dados com a construção de gráficos e tabelas. E, por fim, a análise de dados possibilitou a interpretação e significado a partir dos olhares das pesquisadoras envolvidas nesse processo.



## 2. ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E CUIDADO: ALGUNS ELEMENTOS PARA ANÁLISE

Na atual conjuntura brasileira, os serviços da assistência social são executados majoritariamente por mulheres trabalhadoras. Estudos reconhecem a importância da participação das mulheres em entidades filantrópicas desde o início do século XX<sup>6</sup>, conformando uma tradição histórica. Dessa forma, há o reconhecimento deste espaço como um espaço feminino por estar relacionado à esfera do cuidado, do doméstico (Mott, 2001). De outro, significou também, como apontam Freitas, Lole e Almeida (2023), a possibilidade de inserção profissional reconhecida para muitas mulheres de diferentes camadas sociais, especialmente as mulheres das classes trabalhadoras e negras. Em interessante texto, Costa (2020) analisa a participação da população negra como fundamental na constituição da política social no Brasil, fato este também muitas vezes invisibilizado. É neste sentido que aponta a necessidade de adoção de uma “concepção antirracista da história da política social”, como forma de escapar à análises que repetam a história europeia e não estabeleça mediações com nossa história – o que significaria, em seu entender, reconhecer a população negra como sujeitos histórico na origem da política social brasileira. Podemos perceber que esse protagonismo ainda persiste.

Como sinalizado por Michele Perrot (1991, p. 503), com base na configuração das ações assistenciais na Europa, as mulheres ao redor do mundo souberam “apoderar-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados para alargar a sua influência até às portas do poder”. Foi nesse processo que, segundo a historiadora francesa muitas mulheres conseguiram sair de seus cotidianos de gênero e avançar no mundo público. Podemos adensar a reflexão desta autora ao sinalizar que, especialmente no Brasil (e na América Latina como um todo), as mulheres negras sempre estiveram nas ruas exercendo essas “saídas”; a participação dessas mulheres, negras e pobres, significou uma maior diferenciação social e a quebra dos lugares socialmente construídos a partir de visões de gênero e raça – aspecto não desenvolvido por Perrot (1991) neste texto.

Como apontam Oliveira e Ribeiro (2022), podemos compreender o cuidado a partir de três dimensões: a psicológica, a material e econômica. Ou seja, 1) cuidar implica

---

<sup>6</sup> Esperava-se que as mulheres de elite contribuíssem com as obras sociais de benemerência não só pela justiça das causas que abraçavam, mas porque se considerava, tanto do ponto de vista moral e religioso quanto do ponto de vista dos sentimentos cívicos, que as mulheres seriam mais adequadas para organizar as obras sociais (Martins, 2018, p. 309). Nos marcos desse texto não poderemos desenvolver essa questão, mas é importante também destacar o papel desempenhado pelas mulheres negras nas estratégias de proteção à população escravizada a partir das irmandades existentes e da criação de uma rede de proteção. Ver neste sentido, Costa (2020), Reis (2019) e Regis (2020).



vínculos, especialmente quando é uma atividade feita na esfera familiar (por isso, a força da política familista ao vincular cuidados, mulheres e famílias); 2) cuidar é trabalho – e quem cuida se cansa e necessita ser cuidado em algum momento; 3) cuidar implica custos, por isso seu componente econômico. Ao não pagar ou ao não reconhecer o valor de determinado trabalho isso tem implicações na estrutura econômica. O trabalho produtivo não se estabelece sem a dimensão da reprodução social.

No Brasil, quando se analisam os dados segundo cor/raça, o que se percebe é que as mulheres negras (pretas e pardas) são as que mais horas dedicam às tarefas de cuidados – isso fica claro na produção de Melo e Morandi (2020). Por isso, a importância da desagregação dos dados por raça/etnia. A não utilização desse marcador contribui para a invisibilidade dessa questão e não permite identificar que o cuidado no Brasil tem classe, gênero e cor. As mulheres negras são maioria nos atendimentos do SUAS. Mas quem são as mulheres trabalhadoras do SUAS? Nesse sentido, destacamos que nossa análise

Se fundamenta na perspectiva interseccional do cuidado, estruturado num sistema interligado de opressão de raça, gênero e classe: raça, devido ao racismo estrutural e à colonialidade presentes na formação sóciohistórica do Brasil; gênero, pela naturalização da função de cuidar ao feminino que estrutura os papéis sociais; e classe, pela desigualdade na organização, distribuição e provisão dos cuidados. (Oliviera e Ribeiro, 2022. p. 292).

A questão do cuidado ganhou visibilidade nos últimos anos, particularmente, após 2005. O “care boom”, como é classificado por Laura Pautassi (2016), surge a partir do esgotamento das mulheres por causa da naturalização das demandas do trabalho doméstico que há décadas tem sido compreendido como tarefa das mulheres, como também do acelerado processo de transição demográfica que intensifica as ações do cuidado com crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência. Nesse sentido, a visibilidade dada a questão do cuidado torna latente as tensões e sobrecarga do trabalho que recaem sobre as mulheres, já que não tem acontecido uma socialização do trabalho do cuidado com os homens. Isso ocasionou, nas palavras de Hirata (2010), gera uma “nova configuração” da divisão sexual do trabalho, o que tem levado ao crescente ingresso de mulheres no mercado de trabalho remunerado em trabalhos caracterizados como de “care”.

Esse movimento de aproximação das mulheres com o trabalho profissional remunerado na área do cuidado – se avançarmos no tempo – pode ser relacionado com a oferta dos serviços da Assistência Social serem ofertados, majoritariamente, por mulheres trabalhadoras. O cuidado tem uma relação direta com profissões que são consideradas como de mulheres, como é o caso do Serviço Social, Enfermagem, Pedagogia.



### 3. A PREDOMINÂNCIA DAS MULHERES TRABALHADORAS NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

Os dados que iremos analisar a seguir são resultados parciais de projeto de pesquisa<sup>7</sup> cujo objetivo central é analisar a configuração institucional da política de assistência social brasileira diante da atual conjuntura de retração de direitos na área social. Com base na Tabela 1, verificamos que as profissionais do sexo feminino são a maioria da equipe técnica no SUAS no Brasil. Do total de 510.700 profissionais que trabalham nos diversos equipamentos do SUAS<sup>8</sup>, 396.071 são mulheres e 114.619 são homens. Estamos falando que 78% dessa força de trabalho são mulheres.

**Tabela 1** – Sexo total das/os Trabalhadoras/os do SUAS: Brasil, 2021

Quantidade	Número Absoluto	Percentual
Feminino	390.081	78%
Masculino	114.619	22%
Total	510.700	100%

Fonte: Pesquisa direta (2022) com dados do site Censo SUAS/MDS.

Como se pode observar no Gráfico 1 a presença majoritária de trabalhadoras mulheres se dá em praticamente todos os equipamentos analisados, com exceção do Fundo Estadual, que é o único equipamento em que o número de trabalhadores homens é superior ao de mulheres. O Fundo Estadual é responsável por garantir as condições financeiras para o desenvolvimento das ações da assistência social a cargo do Estado – o que pode ajudar a explicar a predominância masculina neste equipamento. Cada Estado instituiu seu próprio fundo. Fora isso, entre os equipamentos cujo percentual de trabalhadores homens que é superior a 30% temos o Centro Pop que possui cerca de 38% de trabalhadores do sexo masculino e a Gestão Municipal que possui cerca de 32% de trabalhadores homens. Com exceção dos equipamentos citados anteriormente, o percentual de mulheres é superior a 70% entre as trabalhadoras do SUAS.

Mas um adendo precisa ser feito. Nos dados analisados inexistente a possibilidade de sair do modelo binário masculino-feminino, não sendo possível expressar a diversidade sexual. Os dados existentes e o formulário de questões não incorporam todas as

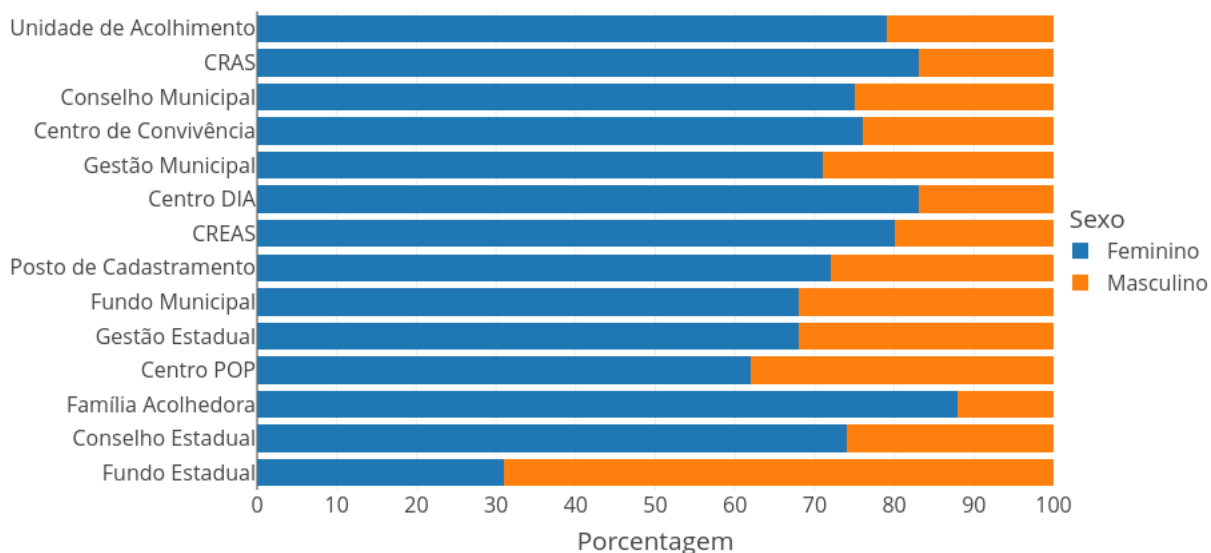
<sup>7</sup> Trata-se de pesquisa desenvolvida de forma interinstitucional e interdisciplinar com pesquisadoras/es de diversas universidades federais do Brasil (UFOP, UFF, UFRJ) e profissionais que atuam como técnicas e gestoras no SUAS.

<sup>8</sup> Fazem parte dos equipamentos do SUAS, no ano de 2021, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), CENTRO POP, Unidade de Acolhimento, Centro de Convivência, Centro Dia, Família Acolhedora, Posto de Cadastramento, Gestão Municipal, Gestão Estadual, Fundo Municipal, Fundo Estadual, Conselho Municipal e Conselho Estadual.



designações que passaram a compor o universo da diversidade sexual. Essa é uma preocupação importante de ser refletida e, posteriormente, inserida pelos responsáveis por esses dados.

**Gráfico 1 – Sexo das/os Trabalhadoras/os por equipamento do SUAS: Brasil, 2021**



Fonte: Pesquisa direta (2022) com dados do site Censo SUAS/MDS

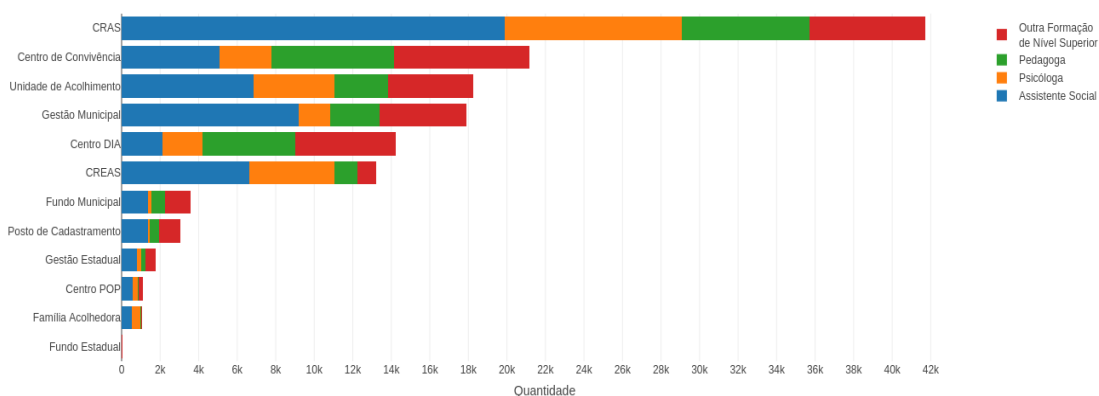
Com base na Tabela 2, distribuição das trabalhadoras por nível de escolaridade, vemos que, em 2021, em maior número estão profissionais com superior completo, totalizando em 161.471 (ou 40,77%) profissionais e, em seguida, 128.947 (ou 32,56%) profissionais com nível médio completo. Ou seja, a maior parte das trabalhadoras do SUAS possuem escolaridade de nível superior e nível médio. Todavia, temos a presença de 4,54% com fundamental completo, 4,37% com fundamental incompleto e 0,28% sem escolaridade. O número de profissionais com ou sem ensino fundamental não é prevista no aparato normativo da NOB/SUAS – RH. Acreditamos que estas pessoas que trabalham no SUAS podem estar em funções que exigem menor qualificação profissional, como o trabalho de limpeza, segurança, auxiliar de cozinha, cozinheiras, etc. Quanto ao número de profissionais com pós-graduação stricto e latu senso, esse dado é praticamente inexpressível. Das trabalhadoras do SUAS, temos 7,4% com especialização. Mas, o número de trabalhadoras que possuem mestrado (2.265 ou 0,57%) e doutorado (338 ou 0,08%) é extremamente baixo.

**Tabela 2** - Nível de Escolaridade das trabalhadoras do SUAS: Brasil – 2021

Escolaridade	Total	Percentual
Superior Completo	161.471	40,77%
Médio Completo	128.947	32,56%
Especialização	29.404	7,4%
Superior Incompleto	26.677	6,7%
Fundamental Completo	17.953	4,54%
Fundamental Incompleto	17.335	4,37%
Médio Incompleto	10.590	2,7%
Mestrado	2.265	0,57%
Sem Escolaridade	1.101	0,28%
Doutorado	338	0,08%
Total	396.081	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo SUAS/MDS (2021).

Outro dado relevante é que entre as profissões de nível superior em todos os equipamentos do SUAS, destacam-se: 54.474 (13,75%) profissionais formadas em Serviço Social, 25.304 (6,4%) em Psicologia e 25.897 (6,5%) em Pedagogia (ver gráfico 2). Esses números comprovam o predomínio de profissionais do Serviço Social e da Psicologia nesta política – o que é esperado por exigências da legislação vigente (cf. BRASIL, 2011).

**Gráfico 2** – Profissões de nível superior de maior destaque no SUAS: Brasil, 2021

Fonte: Pesquisa direta (2022) com dados do site Censo SUAS/MDS.

A predominância dessas profissionais se dá no Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), equipamentos que contam com o trabalho de 19.886 assistentes sociais, 9.214 psicólogas e 6.610 pedagogas no Brasil. Esses equipamentos estavam presentes em 5.520 dos 5.568 municípios brasileiros, no ano de 2021. Isso confirma a capilaridade destes nos mais diversos territórios do país e ratifica sua importância no atendimento às famílias





em situação de maior vulnerabilidade social. Todavia, na pesquisa, verificamos que dos 8.741 CRAS brasileiros, as/os assistentes sociais compõem as equipes de referência em 8.335 equipamentos, ou seja, em 406 CRAS não há assistente social como parte da equipe de referência. Essa diferença aumenta quando analisamos o número de psicólogas/os por equipamento. Existem cerca de 7.514 CRAS com psicólogas/os e 1.227 equipamentos de CRAS sem psicólogos na equipe de referência. A questão é que não basta a existência da legislação, da política; mas é necessária vontade e força política para que esses serviços e equipamentos sejam implementados devidamente e estes profissionais contratados.

Ainda quanto a questão das profissões de nível superior do SUAS, relevante pontuar que a já citada Resolução nº 17/2011, do Conselho Nacional de Assistência Social, ampliou as categorias profissionais que podem compor a equipe de referência do SUAS, conforme o artigo 3º, as categorias profissionais de nível superior são “[...] Assistente Social, Psicólogo, Advogado, Administrador, Antropólogo, Contador, Economista, Economista Doméstico, Pedagogo, Sociólogo, Terapeuta Ocupacional”. Ainda assim, a presença de formações profissionais que não possuem respaldo normativo para atuação nos equipamentos dos SUAS é significativa, sendo elas: 297 analistas de sistema, 398 administradoras pública, 50 cientistas políticas, 3.072 enfermeiras, 04 estatísticas, 2.563 fisioterapeutas, 90 geógrafas, 427 médicas, 80 musicoterapeutas, 2008 nutricionistas, 312 programadoras, 703 profissionais de educação física. Tal realidade deve ser investigada e pode ter relação com o passado filantrópico da profissão, mas também com as formas clientelistas que caracterizaram a assistência social historicamente no Brasil (PEREIRA, 2004).

A correlação entre gênero e vínculo empregatício também traz informações relevantes para análise. Segundo a NOB/SUAS – RH (2011, p. 17), a indicação é que a gestão do trabalho no SUAS deve “garantir a ‘desprecarização’ dos vínculos dos trabalhadores do SUAS e o fim da terceirização”. Com base nos dados de 2021, podemos verificar que, do total das 396.081 trabalhadoras, o maior vínculo é de 77.902 (ou 24,5 %) empregadas privadas celetistas. As instituições que mais se destacam com esse tipo de vínculo são Unidade de Acolhimento com 41.110 profissionais e Centro Dia com 22.042 profissionais. Em seguida, temos o vínculo de 74.168 (ou 22,35 %) servidoras estatutárias, com destaque para as profissionais do CRAS com 26.863 servidoras estatutárias, as Unidade de Acolhimento com 10.082 estatutárias e Gestão Municipal com 13.318 profissionais. E, ainda, 65.333 (ou 19,7%) como servidoras temporárias. O número de servidoras estatutárias não chega a 22,35% do total de trabalhadoras do SUAS no Brasil. Número esse muito baixo e que não atende ao preconizado pela NOB/SUAS 2011.



Se totalizarmos os vínculos considerados precários<sup>9</sup>, temos o seguinte: 77.902 empregadas privadas celetistas; 65.333 servidoras temporárias; 28.355 com outro vínculo não permanente; 21.461 de empregado público celetista; 12.850 de terceirizadas; 8.550 de trabalhadoras de empresa/cooperativa/entidade prestadora de serviços; 6.894 de voluntárias; e, 2.092 sem vínculo empregatício. Com isso, torna-se latente refletir acerca dos vínculos das trabalhadoras do SUAS a partir relação íntima entre as variáveis de sexo, baixa escolaridade, tipos de profissões majoritárias (consideradas femininas). Questões essas que dão base e fundamento para articular o trabalho das trabalhadoras no SUAS com profissões consideradas com o cuidado – neste caso, trabalho feminino – que são, historicamente, desvalorizadas.

Essa variedade de vínculos empregatícios aponta para o processo de precarização, flexibilização do trabalho e dos direitos no atual cenário de reestruturação produtiva e das políticas neoliberais. Isso afeta diretamente as trabalhadoras – notadamente mulheres, negras e pobres – pelas condições de insegurança, formas precárias de sua contratação, pelos baixos salários e de suas condições física e mental em seu cotidiano profissional.

Fernanda Paz (2015) analisa a precariedade dos vínculos de trabalho da/os profissionais da Política de Assistência Social e aponta que não se pode restringir apenas aos vínculos empregatícios. Outros fatores contribuem para esta precarização como baixos salários, falta de condições materiais e instalações adequadas, alta rotatividade dos profissionais, recursos humanos insuficientes e pouco qualificados, ausência de capacitação continuada, entre outros fatores. Mas poucas dessas autoras discutem o fato de que se trata de profissões historicamente ligadas às mulheres, bem como ignoram o componente racial presente. O fenômeno da terceirização e a divisão sociosexual e racial do trabalho é analisado por Passos e Nogueira (2018) que demonstram os rebatimentos da terceirização no cotidiano das mulheres negras, considerando que a sociedade brasileira está assentada no racismo, no patriarcado e no colonialismo. Como afirmam as autoras, “a terceirização é apenas uma das expressões do aprofundamento das desigualdades brasileiras no cenário contemporâneo” e tem como principais alvos grupos socialmente subordinados, como as mulheres, os negros, os homossexuais (homens e mulheres) e os imigrantes (PASSOS e NOGUEIRA, 2018, p. 490).

Nesse sentido, é importante destacar a ausência da dimensão raça/etnia nos dados analisados, como afirmamos anteriormente. Não podemos, assim, refletir adequadamente acerca desse processo de flexibilização articulado à dimensão racial. Contudo, quando pensamos, por exemplo, no perfil das assistentes sociais brasileiras em publicação recente do CFESS (2022), vemos que metade das/os profissionais se auto reconhecem como de

---

<sup>9</sup> Aqui retiramos os vínculos chamados de “Comissionados” por não ficar claro o tipo de vinculação existente, que podem ser também de pessoas estatutárias, bem como das “Servidoras estatutárias”.



cor/raça preta/negra/parda (50,34% das/os participantes - CFESS, 2022), seguidos pelas/os profissionais autodeclaradas/os brancas/os, com 46,98%. Podemos inferir que essa realidade não deva ser muito diferenciada em relação aos dados aqui analisados o que reforçaria a percepção da maior vulnerabilidade em profissões de mulheres negras<sup>10</sup>.

Em texto de 1996 Lopes analisou o espaço – e os profissionais – da saúde e apontava como feminino o sexo das trabalhadoras/es no hospital. Tratava-se de um espaço também ocupado predominantemente pelas mulheres exatamente no que a autora intitulava as funções de cuidar: enfermeiras, assistentes sociais, psicólogas, mas também cozinheiras, serviços gerais, etc<sup>11</sup>. Os homens prevaleciam nas chamadas profissões que a autora intitulou de “tratar”, como a medicina e nos serviços gerais, em que se requeria o uso da força física. Talvez, com as devidas aproximações, possamos falar que a classe trabalhadora da assistência social também tem sexo e este é feminino.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises aqui realizadas consideraram apenas o ano de 2021, sendo necessário ampliar em termos de série histórica para examinar as tendências da política de assistência social. Acreditamos que as dimensões raça/etnia, salário e pertença religiosa das trabalhadoras no Censo SUAS 2021 se mostram fundamentais para a articulação à dimensão de gênero – inserindo aqui também os dados que possibilitem reconhecer a diversidade sexual – ao considerar o perfil de trabalhadoras/es desta política. Acreditamos que a identificação étnico-racial e salário/renda, no Censo SUAS, se faz urgente para melhor compreensão das particularidades que envolvem trabalhadoras negras e indígenas. As disparidades salariais é fato e precisamos aprofundar o debate acerca dessa questão. E, ainda, a questão da pertença religiosa pode tornar a análise mais completa pelo fato de demonstrar aspectos da pretensa laicidade do Estado, considerando a importância da liberdade religiosa, tanto para as trabalhadoras do SUAS quanto para a população que acessa a referida política.

É extremamente importante compreendermos a necessidade do aprofundamento de discussões sobre o lugar das mulheres na PNAS, seja na interface da atuação profissional ou como usuárias. E é interessante notar que as relações de gênero, quando abordadas nesta política, ganham mais adensamento e destaque quando tecem análises sobre as mulheres atendidas do que o seu intercruzamento com as que a executam, que teimam em

---

<sup>10</sup> As/os Assistentes Sociais de raça/cor amarela vêm em seguida, com 819 registros (1,85%), seguido de indígenas, com 140 pessoas (0,32%). Outra cor/raça sem identificação específica registrou 227 ocorrências, correspondendo a 0,51% (CFESS, 2022).

<sup>11</sup> Além das profissões de nível superior, como vimos nesse texto, onde majoritariamente encontramos mulheres, vale destacar o número expressivo de mulheres nos seguintes serviços: 3.315 Auxiliares de Cuidadora, 6.273 Cozinheiras, 24.903 Cuidadoras, 304 Cuidadoras Residente e 38.598 Serviços Gerais.



passar ao largo, quando não citadas apenas de forma pontual. E isso tem impacto considerável ao se analisar os vínculos empregatícios. Esse é um ponto sensível da política de assistência social, na medida em que, diferente do que prega a NOB-RH, ocorre a tendência de precarização dos vínculos e condições de trabalho, o que, certamente, compromete o alcance da política. A análise das condições precarizadas do trabalho e intensificação das demandas no SUAS não podem ser desvinculadas da dinâmica macrossocietária e contraditória do capitalismo dependente brasileiro, que se sustenta na superexploração da força de trabalho e na miséria da classe trabalhadora e tal realidade impacta ainda mais profundamente o cotidiano das mulheres – seja como usuárias, seja como profissionais, como pudemos perceber.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Brasília, 2005.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília, 2022.

COSTA, Gracyelle. Trabalhadores negros na origem da política social brasileira. **Revista Em Pauta**, n. 46, v. 18, 2020.

COSTA, Gracyelle. Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam. **Revista O Social em Questão** - Ano XX - nº 38 - Mai a Ago, 2017.

FALEIROS, Vicente de Paula. Desafios de cuidar em Serviço Social: uma perspectiva crítica. Florianópolis: **Revista Katálysis**, v.16, n.esp., p.83-91, 2013.

FREITAS, Rita de Cássia Santos et al. História do Serviço Social – resgatando uma história de mulheres. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, 2018.

FREITAS, Rita; LOLE, Ana e ALMEIDA, Carla. “Por uma história do gênero e dos feminismos no Serviço Social”, sexualidades & Serviço social: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais (org. Marco José de Oliveira Duarte et al), Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2023.

GASPAROTTO, Geovana Prante e GROSSI, Patrícia Krieger. “A perspectiva de gênero na política de assistência social: um debate necessário”. **Revista O Social em Questão**, Ano XX, n. 38, mai a ago de 2017, p.207-226.

HIRATA, Helena. “Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado”, **Cadernos Pagu** (46), janeiro-abril de 2016:151-163.

HIRATA, Helena. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho Tecnologia e Sociedade, vol. 6, núm. 11, julio-diciembre, pp. 1-7 Universidade Tecnológica Federal do Paraná Curitiba, 2010.

KLEBA LISBOA, Teresa. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.13, n. 1, 2010.

LOLE, A. Os indícios de gênero na formação e organização do Serviço Social. In: LOLE, A.; CORGOZINHO, K. D. S. (Org.). Gênero e aborto: aportes para uma interlocução necessária com o Serviço Social. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 17-50, 2018.

LOPES, Marta Júlia M. “O sexo do hospital”, In: **Gênero & Saúde** (org.: Marta Júlio M Lopes et al), Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.



MARIANO, Silvana Aparecida e CARLOTO, Cássia Maria. “GÊNERO E COMBATE À POBREZA: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA”, **Revista Estudos Feministas**, n. 17 (3), pp. 901-908, setembro-dezembro/2009

MARTINS, Ana Paula Vosne. O método da assistência: o encontro de mulheres profissionais e filantropas na criação e organização do Serviço de Obras Sociais (SOS) na cidade do Rio de Janeiro na década de 1930. Niterói: Tempo, v.24, n.2, 2018.

MELO, H. P.; MORANDI, L. Cuidados no Brasil: conquistas, legislação e políticas públicas (livro eletrônico). São Paulo: Friedrich-Ebert, 2022.

MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). Campinas-SP: **Cadernos Pagu** (16), p. 199-235, 2001.

OLIVEIRA, Antonio Carlos e RIBEIRO, Thamires da Silva Ribeiro. Mulheres negras na provisão e distribuição de cuidados no Brasil. *Revista Praia Vermelha*, vo. 32, n. 2, 2022.

PASSOS, Rachel Gouveia e NOGUEIRA, Claudia Mazzei. “O fenômeno da terceirização e a divisão sociosexual e racial do trabalho”, **Revista Katályses**, v. 21, n. 3, pp. 484-503, Florianópolis, 2018.

PASSOS, Rachel Gouveia. “De escravas a cuidadoras”: invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira. **O Social em Questão**, vol. 20, núm. 38, pp. 77-94. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Brasil, 2017.

PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. “A precarização no trabalho do assistente social na Política de Assistência Social”. Trabalho apresentado na VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, Maranhão, 2015.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar In: Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos (org. Mione Apolinário Sales et all.), São Paulo: Cortez, 2004.

PERROT, M. Sair. In: PERROT, M.; DUBY, G. (Org.). História das mulheres no ocidente. Porto: Ed. Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991.

REIS, João José. **Ganhadores** – a greve negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

REGIS, Mariana Fernandes Rodrigues Barreto. 200 Anos não São 200 Dias: História, Protagonismo e Estratégia de Mulheres Negras na Irmandade da Boa Morte (1820 – 2020), **Revista Calundu** –Vol.4, N.2, Jul-Dez 2020.

RIBEIRO, Thamires da Silva. Mulheres Negras na Encruzilhada do Cuidado: estudo sobre trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.